



## COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº de 2021

(Do Sr. André Figueiredo)

Requer a realização de audiência pública para debater as consequências de uma privatização do sistema de processamento de dados do governo federal: SERPRO e DATAPREV.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência, a realização de audiência pública para debater as consequências para a soberania nacional de uma privatização do sistema de processamento de dados do governo federal, mais especificamente, SERPRO e DATAPREV, com os seguintes convidados:

- Ministro Vital do Rego, do Tribunal de Contas da União;
- Martha Seillier. Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos;
- Antonio Fernandes dos Santos Neto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo – SINDPD-SP;
- Carlos Alberto Valadares Pereira, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares – FENADADOS;
- Leo Santuchi, Presidente da Associação Nacional dos Empregados da Dataprev – Aned

## JUSTIFICAÇÃO

SERPRO e DATAPREV são empresas públicas que hoje detêm o monopólio de desenvolvimento, guarda e manutenção de importantes e estratégicos sistemas de informação do Estado, como, por exemplo, os sistemas de previdência, de imposto de renda e de escrituração fiscal. O governo fala em agilizar a venda de estatais, o que pode provocar a tomada de decisões sem a devida avaliação dos impactos, inclusive sobre a proteção e privacidade de dados pessoais.

É importante debater com a equipe do TCU, que tem supervisionado as ações do Governo Federal, com a Secretária do PPI, responsável pelas privatizações, e com os representantes dos trabalhadores, que têm uma boa visão dos impactos de uma privatização para o Estado, empresas e cidadãos.

Solicito aos pares o apoio na aprovação deste requerimento

Sala das Comissões, 06 de abril de 2021.

Deputado André Figueiredo  
PDT/CE

